

**VII ENCONTRO VIRTUAL DO
CONPEDI**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS
POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA
DO ESTADO**

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

RUBENS BEÇAK

SILVIO MARQUES GARCIA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

T314

Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line]
organização CONPEDI

Coordenadores: José Filomeno de Moraes Filho; Rubens Beçak; Silvio Marques Garcia – Florianópolis: CONPEDI,
2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-913-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Teorias da democracia e direitos políticos. 3. Movimentos sociais e filosofia do estado. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLITICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO I

APRESENTAÇÃO

Os artigos aqui reunidos foram submetidos ao Grupo de Trabalho "Teorias da Democracia, Direitos Políticos, Movimentos Sociais e Filosofia do Estado I", no VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI.

A presente publicação, assim, é resultado da prévia seleção de artigos e do vigoroso debate do referido grupo, no dia 25 de junho de 2024, tendo atuado como coordenadores os professores-doutores FILOMENO MORAES (Universidade Estadual do Ceará - aposentado), RUBENS BEÇAK (Universidade de São Paulo) e SILVIO MARQUES GARCIA (Faculdade de Direito de Franca). O VII Encontro Virtual realizou-se do dia 24 a 28 de junho do corrente ano.

Os estudos abordam uma ampla gama de temas que, por sua vez, estão relacionados, centralmente, ao debate contemporâneo acerca da teoria democrática e suas implicações políticas e institucionais. Deste modo, foram apresentados e debatidos artigos, representativos de diversos programas de pós-graduação, mantidos por instituições de ensino superior distribuídas por todo o Brasil. O que, por sua vez, indica a larga abrangência e atualidade dos problemas examinados.

Dentre as categorias conceituais alocadas nos artigos apresentados destacam-se: processos de emancipação na democracia, processo eleitoral, pluralismo político, representatividade feminina, participação das mulheres e da população negra na política, problemas federativos, povos da Amazônia, papel das instituições e da sociedade civil, autoritarismo, liberdade de expressão e democracia digital, dentre outros.

Do frutífero debate entre os textos pode-se sinalizar uma convergência para a preocupação com questões atinentes às teorias da democracia e a atualidade de políticas que permitam ampliar a participação popular na busca pelo aprimoramento das instituições e dos direitos políticos.

Assim, na qualidade de Coordenadores do Grupo de Trabalho, após a ampla discussão e rico debate, cabe-nos recomendar a atenta leitura dos textos aqui reunidos, dada a importância que cada um representa na pesquisa dos assuntos investigados.

PROF. DR. FILOMENO MORAES

Universidade Estadual do Ceará - aposentado

PROF. DR. RUBENS BEÇAK

Universidade de São Paulo

PROF. DR. SILVIO MARQUES GARCIA

Faculdade de Direito de Franca

PLURALISMO POLÍTICO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA UMA PESQUISA-AÇÃO SOCIOPOLÍTICA LOCALIZADA

POLITICAL PLURALISM: METHODOLOGICAL NOTES FOR LOCALIZED SOCIOPOLITICAL ACTION-RESEARCH

Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior ¹

Antonio Carlos Wolkmer ²

Resumo

O presente texto tem por objetivo principal dar aos pesquisadores e às pesquisadoras instrumentos teórico-metodológicos para se inserir nas lutas político-ideológicas que ocorrem no país, somando-se a pluralidade do sujeito social a partir de uma estratégia de produção de conhecimento ativa, crítica e não-neutra. Como objetivos específicos temos: (a) apresentar a pesquisa-ação voltada para as práticas políticas; (b) apresentar a sociologia da ideologia e o processo de entrevista como método de coleta e interpretação de dados. A composição de uma nova estratégia de produção do conhecimento se justifica pela situação sociopolítica contemporânea em que a estruturação político-cultural (monista) tem mostrado sua eficiência no que se refere à dominação e exploração da classe trabalhadora e dos povos, cada vez mais fracionado em minorias, impossibilitando processos de transformação social. No campo de estudos em direito e sociedade, se vê a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico para encarar a realidade da luta ideológica que está claramente marcada na história brasileira após os desdobramentos das sublevações que ocorreram em 2013. A presente pesquisa possui uma abordagem materialista e dialética, utilizando-se do método de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Teoria crítica, Pluralismo político, Metodologia da pesquisa-ação, Sociologia da ideologia, Processo de entrevista

Abstract/Resumen/Résumé

The main objective of this text is to provide researchers with theoretical-methodological instruments to insert themselves into the political-ideological struggles that occur in the country, adding to the plurality of the social subject based on an active, critical and non-neutral knowledge production strategy. As specific objectives, we have: (a) present action research focused on political practices; (b) present the sociology of ideology and the interview process as a method of collecting and interpreting data. The composition of a new knowledge production strategy is justified by the contemporary sociopolitical situation in which the political-cultural (monist) structuring has shown its efficiency with regard to the

¹ Pesquisador. Mestre e doutorando pela Universidade La Salle. Participante do grupo de pesquisa Pluralismo jurídico e Direitos Humanos: diálogos transfronteiriços. Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail: jorge.acosta.jr88@gmail.com.

² Professor nos programas de pós-graduação em Direito da UNILASALLE-RS (PPGD em Direito e Sociedade) e UNESC-SC (Direitos Humanos e Sociedade). Doutor em Direito e mestre em Ciência Política. E-mail: acwolkmer@gmail.com.

domination and exploitation of the working class and people, increasingly divided into minorities, making processes of social transformation impossible. In the field of studies in law and society, there is a need for theoretical-methodological deepening to face the reality of the ideological struggle that is clearly marked in Brazilian history after the unfolding of the uprisings that occurred in 2013. This research has a materialist and dialectical approach, using the bibliographic review method.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Critical theory, Political pluralism, Action-research methodology, Sociology of ideology, Interview process

Introdução

A passagem da sociedade brasileira às relações de produção de caráter capitalista funcionalizou uma série de aspectos da sociabilidade colonial como mecanismos de dominação que impulsionaram a integração do país à economia mundial. Desigualdades acumuladas e historicamente ignoradas retornam como reivindicações, lutas políticas e por direitos de um sujeito social plural, “de baixo” e tendencialmente desorganizado ou então como força de opressão de um sujeito social monista radicalizado.

A segunda década do século XXI mostra que se deve reavaliar a posição do bacharelismo liberal, sua a defesa da neutralidade, seja na pesquisa, na política ou na defesa do dogmatismo jurídico. Para a superação desta defesa de modo crítico e pluralista, propomos a atuação do pluralismo político como prática de pesquisa-ação de cunho transformador. A proposta pretende situar elementos teórico-metodológicos para que seja possível a pesquisa sociopolítica engajada com as situações vividas por aqueles que estão em luta, sem negar as posições ideológicas que estruturam a sociabilidade capitalista.

O presente texto tem por objetivo principal dar aos pesquisadores e às pesquisadoras instrumentos teórico-metodológicos para se inserir e enfrentar as lutas político-ideológicas que ocorrem no país, compondo uma estratégia de produção de conhecimento ativa, crítica e não-neutra. Como objetivos específicos temos: (a) apresentar a pesquisa-ação voltada para as práticas políticas; (b) apresentar a sociologia da ideologia e o processo de entrevista como método de coleta e interpretação de dados.

A composição de uma nova estratégia de produção do conhecimento se justifica pela situação sociopolítica contemporânea em que a estruturação político-cultural (monista) tem mostrado sua eficiência no que se refere à dominação e exploração da classe trabalhadora e dos povos, cada vez mais fracionado em minorias, impossibilitando processos de transformação social. No campo de estudos em direito e sociedade, se vê a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico para encarar a realidade da luta ideológica que está claramente marcada na história brasileira após os desdobramentos das sublevações que ocorreram em 2013. A presente pesquisa possui uma abordagem materialista e dialética, utilizando-se do método de revisão bibliográfica.

1. Pesquisa-ação: uma metodologia para investigação sociopolítica

A pesquisa-ação como investigação política remonta à enquete operária, um questionário formulado por Karl Marx em 1880 para levantar aspectos sociais, econômicos, sindicais e políticos, para que fosse possível “entender” os problemas da

classe trabalhadora (Thiollent, 2011, p. 103). Hoje, de maneira análoga, pode-se dizer que a pesquisa-ação, da maneira que a vemos, pode ajudar a “entender” os problemas da luta ideológica quando aplicada em determinada localidade. Para tanto, é necessária explicitá-la como metodologia que forneça elementos de concepção e organização da pesquisa nestes termos, políticos e ideológicos.

A necessidade de compor a pesquisa social junto a pluralidade política de cada localidade se dá, em termos teóricos, para desenvolver um universalismo *a posteriori* construído por esta pluralidade concreta que se interessa pela transformação das condições de estar no mundo (Wolkmer, 1989; 2019), (Herrera Flores, 2005) – na medida em que assume tal tarefa como compromisso.

Em termos da realidade concreta brasileira, o ano de 2013 abre uma lacuna para a debate sociopolítico, lacuna histórica mostra que mostra a necessidade de exceder os limites do capitalismo e da democracia burguesa. Pode-se entender o ano de 2013 como o reconhecimento de uma impossibilidade, uma abertura para algo ainda não realizado, que dá início a uma aguda luta ideológica. Somando-o aos levantes da Primavera Árabe, ocorridas em diversos países do Oriente Médio, ao Occupy Wall Street nos Estados Unidos e aos Indignados na Espanha. Esta indicação de amplitude mundial vai mostrar que em maior ou menor medida há uma fratura nas democracias liberais-burguesas, um rompimento da relação entre governantes e governados (Castells, 2018, 7-10).

As revoltas ocorridas de junho à novembro tiveram a capacidade de colocar o Brasil no mapa das primeiras insurgências século XXI, mostrando também a necessidade de reconstrução da esquerda a partir das lutas, o que envolve a criação de uma estratégia de produção do conhecimento interdisciplinar e atenta a crítica do conhecimento dominante (González Casanova, 2006, p. 36-67).

Realizar e atuar um dispositivo teórico (pluralismo político) exige apreender uma prática explicitamente política. A pesquisa-ação, lida como estratégia de conhecimento para atuação concreta, permite a captação de informações empírica nas condições sociais de uma intensa luta ideológica. Isto porque possui uma função política inerente ao tipo de ação proposta e atores considerados com os quais o pesquisador ou a pesquisadora estará em contato. Assumidamente posicionada em uma política de transformação, a pesquisa-ação se define a partir de uma base empírica associada à ação que envolva um problema coletivo, de maneira que os participantes assumem um papel ativo diante de determinada situação.

Quanto a questão terminológica, privilegiaremos uma aproximação entre as definições pesquisa-ação, estudo-ação, investigação-ação participante, pesquisa-ação participante. Isto porque, em termos metodológicos, é aceitável que a pesquisa participante não recorra a ação e atividade direta junto aos grupos e iniciativas pesquisadas, como é o caso da observação participante, o que não é o caso do nosso empreendimento teórico-metodológico que visa a inserção do pesquisador, da pesquisadora na ação política e ideológica junto a coletividade.

Em geral, a pesquisa-ação é escolhida na medida em que a pesquisa pretende superar aspectos acadêmicos e burocráticos convencionais, fazendo das pessoas implicadas algo maior que objeto de estudo, atribuindo à concepção metodológica uma disposição ao dizer e ao fazer. Ou seja, há um papel ativo que está implicado em determinado problema, o que leva a considerar que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social.

Esta estratégia metodológica pretende dar condições de interatuar e organizar-se através de uma concepção de experiência humana. Esta predisposição de tornar a composição metodológica “mais humana” e fortalecida pelo que há de comum e de encontrável no contexto social circundante. Uma de suas abordagens mais importantes tem sido a Investigação-Ação Participante (IAP), criada por Orlando Fals Borda, destacado sociólogo nascido em Barranquilla – Colômbia –, cujo o trabalho teórico influenciou sobremaneira toda a América Latina, assentando a noção de colonialismo intelectual como fundamento crítico de sua sociologia do conhecimento (Fals Borda, 1971).

Fals Borda se propôs a indagar-se acerca de uma sociologia da libertação que estivesse voltada para a América Latina como uma nova ciência, rebelde e subversiva. Por meio da ação, ciência e cultura, desenvolveu uma sociologia marcada pelo intuito da transformação e reconstrução social, sem abdicar da problematização das estruturas do poder, de classes e da luta entorno delas. A ideia de uma sociologia comprometida foi defendida com rigor técnico, para que os padrões de estudo que ignoravam as tensões políticas e as forças sociais fossem superados dentro da academia. Para tanto, seria necessário abrir o estudo transformativo da pesquisa social à vivência e ao compromisso autêntico.

Por vivência está-se a afirmar o caráter relacional da pesquisa e a assunção das circunstâncias como oportunidades criadoras, ao contrário da lógica laboratorial do monismo na produção do conhecimento, em que o controle das variáveis assume a

“segurança” do experimento. O saber a ser produzido nesta mudança de abordagem decorre de uma tensão dialética – uma lacuna ideológica – entre o compromisso e a prática política. A clássica relação sujeito-objeto da pesquisa acadêmica tradicional é descartada, em seu lugar surge uma relação sujeito-sujeito, uma concepção de produção de conhecimento que tem um caráter de ruptura com a relação assimétrica de submissão e dependência integrada inerentemente ao binômio sujeito-objeto.

Em relação com a historicidade, elemento intrínseco da teoria social crítica, o conceito de participação não está adstrito a observação, e sim a uma vivência compromissada que une a crítica do elitismo, do aburguesamento e da mercantilização da sociedade, com a prática da crítica política, social e educacional. Para tanto se inscreve neste tipo de pesquisa a adoção de avaliação e critérios que insistam na capacidade de tensionamento à dominação classista (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 9-11).

O trabalho sob o método da pesquisa-ação abre o campo de investigação para o pensamento sociopolítico. Trata-se de aprender a conhecer e reconhecer a si mesmo e aos demais como mecanismos de criação de poder das pessoas, de formas de contrapor-se ao poder dominante (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 13), pode-se acrescentar a identificação de erros táticos, análise dos dispositivos ideológicos disponíveis nas lutas, o reforço crítico do encontro entre militantes.

Inspirar-se pela investigação-ação participante (IAP) para construção de uma estratégia metodológica significa ter em mente a crítica do colonialismo intelectual – na área do direito (Acosta Junior; Knebel, 2019) e nas ciências sociais em geral – tal problematização visa combater o adestramento sociológico, pondo um indicativo na orientação ideológica da política científica. Neste sentido, o estudo e a ação devem assinalar uma objetividade que derive de situações reais de conflitualidade e dos desajustes constantes da realidade social, ressaltando as condições de dependência, exploração e opressão características do continente latino-americano (Fals Borda, p. 1971, p. 25).

Uma ciência politizada requer a superação do servilismo acadêmico que define o colonialismo intelectual, isto porque é o comprometimento e a inserção do pesquisador/da pesquisadora na concretude do estudo e da ação que vão tornar possível a combinação do racional com o vivencial. Na medida em que se desenvolve a IAP, Fals Borda (2009, p. 253) lança mão de princípios metodológicos para a subversão do padrão de estudos e pesquisa professados nos centros acadêmicos, a saber: (I) autenticidade e compromisso; (II) Antidogmatismo; (III) Restituição sistemática; (IV) Feedback para os intelectuais

orgânicos; (V) ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; (VI) ciência modesta e técnicas dialogais.

A autenticidade e compromisso evidencia a necessidade de investigar com a causa, ou seja, não se trata de pesquisar disfarçado em meio a militantes e lutadores populares, e sim, fazer da pesquisa um elemento contribuinte ao processo que adentra. O antidogmatismo é o princípio que evita o colonialismo intelectual, pois assume que o conhecimento produzido pelo método não pode ser aplicado ou repassado de forma paternalista, como doutrina ou norma na relação sujeito-sujeito. A restituição sistemática tem a incumbência de analisar os pontos positivos e negativos, servindo como suporte desalienador na construção do conhecimento. Exige que os resultados da pesquisa retornem, de modo a serem divulgados de diversas formas, tanto em material prático como em publicações acadêmicas, que tais resultados sejam repassados de forma simples e acessível a todos, que a incorporação do pesquisador ou da pesquisadora integre os interesses do movimento em questão e da luta popular em geral. Assim, faz parte da pesquisa um momento posterior de popularização técnica do conhecimento produzido.

O quarto princípio do feedback para os intelectuais orgânicos é o que permite a circulação dos problemas entre variados grupos de base, a circulação das agendas, pautas e coordenadas práticas e teóricas estimulam o crescimento e a pluralização da esquerda como um todo. O quinto princípio, ritmo-equilíbrio de ação e reflexão, está ligado à responsabilidade do pesquisador/a de articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral, o regional ou local com o nacional. Sendo capaz de equilibrar as práticas políticas à coerência do trabalho intelectual junto aos desejos e necessidades destas lutas. Por último, o sexto princípio, remete à ciência modesta e às técnicas dialógicas, isto significa pôr a pesquisa em situação com as necessidades e compromissos locais, no esforço de abrir vias de diálogo entre sujeitos, de modo a ultrapassar a centralidade universitária e acadêmica.

Estes princípios formam os traços lógicos por de trás da estratégia metodológica da pesquisa-ação, eles fornecem um guia para a prática da subversão do padrão de estudo das ciências sociais – que na vigência da teorização falsbordiana era ocupada predominantemente pela matriz funcionalista (Parsons)¹. A pesquisa-ação propõe a

¹ Aliás, é nesta época que surge o problema da cooptação metodológico da IAP, especialmente em instituições do Norte global. Rahman (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 43-45), colaborador de Fals Borda, aponta que nos finais dos oitenta uma série de universidades (Califórnia, Calgary, Massachussets, Nacional de Colômbia, Hohenheim, Puerto Rico e Helsinki) e agências das Nações Unidas realizavam oficinas e seminários de pesquisa participativa para expandir sua atuação, propondo integração e sustentabilidade a

afirmação de um paradigma participativo não significa uma convergência teórica e metodológica autêntica e compromissada, no sentido ético, político e social. Nesta linha, Rahman (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 45) faz saber que:

Esta decisión filosófica, ética y metodológica es una tarea permanente. Es más, debería ser llevada a un ámbito más general. Un investigador/activista de la IAP, ahora o en el futuro, no querría ayudar de forma irresponsable o temeraria a esas clases oligárquicas que han acumulado capital, poder y vastos conocimientos. Ellas mismas saben que han administrado mal tales recursos para la sociedad, la cultura y naturaleza, al avaliar e inventar estructuras opresivas y explotadoras.

Não apenas a afirmação de Rahman coloca de forma clara a posição ideológica que se está abordando na aplicação do método, como as técnicas da prática da IAP já mostram sua objetividade de estabelecer um contrapoder popular. São elas (Fals Borda, 1991, p. 14-16):

- Investigação coletiva – se trata da coleta e sistematização de dados e conhecimentos objetivos resultantes de reuniões, sociodramas, assembleias populares, comitês, giras/encontros experimentais e demais atividades coletivas. Tal técnica permite uma validação social dos conhecimentos objetivos que trazem consigo valores positivos como o diálogo, a discussão, a argumentação e o consenso dentro da pesquisa das realidades sociais.
- Recuperação crítica da história – esta técnica de pesquisa-ação se caracteriza por descobrir seletivamente a memória coletiva, traz elementos do passado que se demonstrem úteis para a defesa dos interesses das classes exploradas, levando às lutas do presente um aumento de conscientização. Sua aplicação pode se dar na forma de entrevistas, relatos vivenciais, contos e toda sorte de tradição oral que ligue o passado de certa comunidade para estimular proteções ideológicas e memórias coletivas que contribuam para a construção da história regional e nacional.
- Valorização e aplicação da cultura popular – para realizar a mobilização de massas, é preciso reconhecer valores de elementos que são na maioria das vezes ignorados pela prática política em geral. A arte, a música, o drama, a cultura, a etnia, os esportes, as crenças, os mitos, os contos e a mais variada gama de

partir da prática de pesquisa, no entanto, efetuavam avaliações a partir de critérios estadísticos, levando ao invés de criação de poder popular, repressão por parte de governos e interessados.

expressões relacionadas ao sentimento, à imaginação, às tendências lúdicas e recreacionais humanas constituem um aspecto de técnica da pesquisa-ação e mobilização.

- Produção e difusão de novo conhecimento – Esta técnica é integral à IAP, pois faz parte do princípio da restituição sistemática. Para que seja possível acabar com o monopólio do conhecimento, a pesquisa deve circular incorporando os mais variados estilos e procedimentos de sistematização de dados, ligando-se a consciência política e a habilidade de entender mensagens escritas, orais e visuais das comunidades/grupos de base e do público em geral. Assumir esta diversidade na produção e difusão do novo conhecimento é uma maneira de reconhecer as divisões internas do trabalho político ou social dos grupos de base.

A pesquisa-ação proposta por Fals Borda remete à dialética do ser e pensar inscrita no materialismo histórico (Engels, 2024). Perpassa por profundas indagações no que se refere ao “ser” intelectual e científico da pesquisa social, seu aporte metodológico expressa quatro problemas pontuais e indissociáveis do problema geral da pesquisa (Fals Borda, 2012, p. 215):

(1) o problema da relação entre o pensar e o ser – a sensação e o físico – se resolve pela observação do material que é externa a nós e independente de nossa consciência; e o material inclui não apenas o constatável da natureza, senão também as condições fundamentais, primárias, da existência humana.

(2) O problema da formação e redução do conhecimento não se resolve diferenciando os fenômenos das coisas em si, senão expondo a diferença entre o que é conhecido e o que ainda não se conhece. Todo o conhecimento é inacabado, variável e permanece sujeito ao raciocínio dialético; nasce da ignorância, em um esforço por reduzi-la e chegar a ser mais completo e exato.

(3) O problema da relação entre o pensar e o atuar se resolve reconhecendo uma atividade real das coisas a qual apenas se advém pela prática que, neste sentido, é anterior à reflexão; ali se demonstra a verdade objetiva, que é matéria em movimento.

(4) O problema da relação entre forma e conteúdo se resolve expondo a possibilidade de superar sua indiferença pela prática e não apenas pelo comportamento intuitivo ou contemplativo; toda coisa se dá como um complexo inextrincável de forma e conteúdo, dali que a teoria não possa separar-se da prática, nem o sujeito do objeto (tradução nossa).

Estes problemas dão conta de esclarecer o ponto em que o método se coloca em sua contribuição na produção de conhecimento. A relação entre o ser e o pensar traz à tona a realidade objetiva em que as coisas-em-si durante o processo de conhecimento passam a se tornar “coisas para nós”. Isto significa que a formação e redução do conhecimento ao raciocínio dialético se interessa pela dinamização das percepções e

categorias que aparecem dos grupos concretos, seguindo sua ação prática, ou seja, seu movimento.

Neste sentido, há uma verdade objetiva própria do movimento que o ciclo de investigação impulsiona, oferecendo aos grupos elementos de sua prática ciclicamente determinada, sem deixar de lado a dimensão “fática” do complexo de processos que configura o processo histórico. É a adição definitiva da história no esquema metodológico das ciências sociais que permite a prática do conhecimento popular em que o terreno da pesquisa esteja fecundo para a ação política e a projeção para o futuro (Fals Borda, 2012, p. 215-216).

Para que a pesquisa-ação realize um deslocamento da centralidade universitária-acadêmica, para além do paradigma normalizado das ciências sociais, se propõe uma acepção de causalidade que remete a uma interpelação estrutural socioeconômica e do trabalho político-social localizado, sem deixar de lado o caráter nacional da dominação política. A partir deste aspecto metodológico, não se pode conceber causa e efeito por um princípio de ação e reação direto, e sim, sob um elemento humano aleatório condicionado pelas tendências históricas em que confluem no âmbito social dimensões de múltiplas causalidades, circularidades e autoconfirmações. À vista disto, a inserção do investigador no processo social se estabelece diante da ação, tem caráter volitivo que marca e exige a identificação com os grupos que está em contato, não apenas com o intuito de obter informação fidedigna, senão para contribuir de maneira significativa com as transformações sociais designadas por estes grupos (Fals Borda, 2012, p. 216-218).

A primeira dimensão prática do método de estudo-ação é a fase exploratória, sair ao terreno, adentrar na realidade objetiva, esta disposição permite ensaiar a interdisciplinaridade, reformular conceitos, posicionar compromissos e trabalhar com os grupos de base. Importante salientar que objetivamente o pensamento e a pesquisa estão postos ao serviço da causa, que não é outra coisa senão uma transformação fundamental que exige ação válida e compromisso consequente (Fals Borda, 2012, p. 244).

A produção de um conhecimento teórico de corrente de um compromisso leva a quatro etapas pontuais: (1) produzir cultura e ciência emanadas da consciência social desde uma moral nova que não atenda contraprestações ou vantagens egoístas; (2) eleger temas e enfoques adequados à consciência dos problemas; (3) determinar os grupos de base com os quais se comprometer e com os quais se irá aprender; (4) atuar com consequência.

Estas etapas são indispensáveis para o método de estudo-ação, pois oportunizarão a alteração radical na orientação intelectual, permitindo deslocar o privilégio dos grupos e autores/as intelectuais dos centros universitários para os grupos de base com os quais a pesquisa trabalha. Tomar os grupos de base como referência implica em conceber o trabalho da teorização diretamente destes contatos, pondo a produção intelectual e técnica primeiramente a seu dispor e em seus próprios termos.

Ao adotar uma posição junto às lutas e dentro do conjunto de relações sociais passa-se a estabelecer um novo “idioma” de modo claro e mais honesto do que a ciência sofisticada das salas de aula. Com isto, podem-se alterar conceitos e hipóteses que emergem da confrontação com a realidade objetiva dos grupos de base, isto é, fora dos esquemas teóricos dos “grandes pensadores” (Fals Borda, 2012, p. 244-245).

Pode-se dizer que a pesquisa-ação, no que se refere às suas referências, se propõe a inverter a lógica do colonialismo intelectual, traz dos grupos de base a inteligência necessária para teorizar, pondo a grandeza dos pensadores e dos intelectuais renomados na mesma estatura das pessoas que lutam. Por outro lado, não se pode abordar esta inversão no padrão de estudos como um isolacionismo ou como fórmula adequada apenas para uma localidade, trata-se da produção de um conhecimento capaz de generalizações parciais que fazem vez e necessidade nos problemas políticos, sociológicos e educacionais.

2. Sociologia da ideologia e processo de entrevista

Para que a pesquisa-ação se fortifique ainda mais é possível adicionar a ela uma coleta e interpretação de dados, utilizando um processo de entrevista junto às pessoas que compõem as ações estudadas. Nas obras *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária* e *Metodologia da pesquisa-ação* de Michel Thiollent (1987; 2011), bem como, nos textos selecionados: *Sobre a utilização da entrevista Não-Diretiva em Sociologia* de Guy Michelat, e *Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva* de Jacques Maître (ambos incluídos na Parte II de Thiollent, 1987), há orientações para captar o campo ideológico, que abarca simultaneamente o campo dos processos sociais e o campo dos processos subjetivos individuais. Este enlace entre campos deriva justamente do próprio conceito de ideologia, que está ligado às necessidades coletivas de grupo e desejos individuais – o que articula os planos da sociologia e da psicanálise no que se refere ao propósito sempre presente da ideologia.

Sabe-se que a concepção de ideologia remete à valores, sistemas de representações e sistemas de crenças que se realizam por interpelação (Harnecker, 1971; Althusser, 1999), se inscrevendo na relação entre imaginário e condições de existência. Assim, as “identificações introjetáveis” no ser individuado estão sempre em uma tensão egóica com o que se pode entender como um tipo de ilusão social. No decorrer da pesquisa é possível captar tais identificações durante um processo de entrevista. Esta captação de informação na intersecção entre o social e o psicológico precisa atender alguns cuidados, por isto Jacques Maître (*in* Thiollent, 1987, p. 221-223) dividirá o trabalho do processo de entrevista em duas fases: operacionalização e interpretação, destacando o tipo de entrevista não-diretiva como a mais adequada para uma sociologia da ideologia.

A fase de operacionalização irá conduzir a passagem da teoria à empiria, estabelecendo as hipóteses que concernem a coleta de dados. Quanto a seleção da amostra em uma pesquisa qualitativa, Guy Michelat (Thiollent, 1987, p. 199-200) dirá que os critérios não devem estar ligados a uma função probabilística ou de sentido representativo de um quadro estatístico, e sim, a sua exemplaridade, como a declaração de pertencimento a determinado grupo. No interior deste critério principal de exemplaridade, há de se considerar uma nova camada de critérios de diversidade. Estes critérios de diversidade compõem uma gama de variáveis estratégicas que estão permeadas pelas reflexões teóricas e possíveis estudos anteriores, sempre tendo em vista que a objetividade é dada pelo campo do problema estudado.

Por meio desta posição metodológica de valorização de critérios de representatividade qualitativa, o processo de entrevista se debruça em “amostras intencionais”, recorrendo a um pequeno número de pessoas que apresentam proximidade com determinado assunto. Em geral isto contraria o princípio da aleatoriedade, usado especialmente quando o critério central da pesquisa é quantitativo. No entanto, há um princípio de intencionalidade, aplicado sistematicamente na pesquisa-ação, ele sustenta a ênfase nos aspectos qualitativos no contexto da pesquisa social, adequando a coleta e análise de dados ao problema teórico investigado (Thiollent, 2011, p. 70-73).

A defesa do princípio da intencionalidade se faz pela importância social de grupos “mais avançados” do que a enormidade numérica da população, ou seja, as ideias e posições de uma minoria tornam-se relevantes na medida em que seria falso argumentar a ausência de tais ideias e posições pelo “peso” da maioria. Este tipo de pesquisa se dá especialmente para a avaliação política de grupos e de ideias em certa conjuntura ou movimento, o que leva a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e

politicamente orientada – permitindo balanços, aprendizados e reposicionamentos no decorrer da investigação (Thiollent, 2011, p. 70-73).

No que se refere a coleta de dados relativa à pesquisa qualitativa por meio de amostras intencionais, se sugere que a criação do roteiro de entrevistas seja realizada adicionando elementos explicativos às informações que orientam as respostas. Esta opção na formulação do questionário abre margem para comparações, digressões e outros tipos de raciocínios não conclusivos, permitindo aos entrevistados uma reflexão individual e coletiva a respeito dos fatos observados. Trazer a interpretação do entrevistado para a pesquisa é propriamente o objeto do questionamento. Isto porque a pesquisa política está interessada em tornar claro o objetivo de conscientização, que será ampliado na fase posterior de divulgação dos resultados (Thiollent, 2011, p. 74). Este efeito de “explicação” contido no dispositivo de entrevistas é uma característica fundamental para o tipo de entrevista não-diretiva que se está a propor. A estruturação do questionário de maneira rígida (diretiva) eliminaria os traços de atenção flutuante e não-diretividade que são imprescindíveis para trabalhar sob a lacuna ideológica criada entre a ação e pensamento.

A fase de interpretação perfaz o momento inverso da operacionalização, realizando uma avaliação dos dados recolhidos, pondo-os em contato com a validação ou invalidação da hipótese sustentada pela problemática teórica. É importante esclarecer que, mesmo que a pesquisa se dê nos planos da sociologia e da psicanálise, a interpretação é rigorosamente sociológica, não havendo abertura para uma interpretação psicanalítica dos dados. O que está referenciado pela psicanálise é o nível relacional² entre: (a) entrevistador e entrevistado; (b) relação analista e *corpus* das entrevistas. É importante destacar que este nível relacional possibilita uma estratégia retardamento da categorização, evitando a pré-categorização, característica dos procedimentos de entrevistas diretivas. Este ponto é abordado por Thiollent (1987, p. 96) nos seguintes termos:

Na prática da entrevista não diretiva, o retardamento de categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento, pelo entrevistador e, num segundo momento, pelo pesquisador principal. Não basta a captação de um sinal isolado na fala do entrevistado para que ele seja imediatamente categorizado em função das preferências arbitrárias dos pesquisadores. Por exemplo, em resposta a uma pergunta aberta, o sinal “a

² Para uma concepção do uso do conceito psicanalítico de transferência na teoria crítica e social dos direitos humanos, ver: Acosta Junior, 2022.

mulher deve apanhar de vez em quando” não basta para classificar, sem demais considerações, o sujeito na categoria dos fascistas. A liberdade de propósito que é estimulada na situação de entrevista não-diretiva deve permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possível. O pesquisador está, então, em melhores condições para atribuir uma significação ao discurso captado e, eventualmente, após leituras sucessivas, dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo. Não existe critério formal para decidir a partir de que momento se ultrapassa a fase de rotulagem apressada para uma fase de categorização adequada, nem para decidir até quando a categorização pode ser retardada.

...o objetivo consiste em procurar, ao contato das pessoas envolvidas na situação ou no acontecimento pesquisado, um conhecimento não conceitualizado ou não categorizado que seja relativo à experiência vivida. O conhecimento é obtido no plano da intersubjetividade pesquisador/pesquisado e pretende restituir a representação ou o ponto de vista do indivíduo-ator de sua situação. Neste contexto, corre-se o risco de diluição do conhecimento na linguagem do vivido, que, sem dúvida, é simétrico ao risco de categorização “forçada” (“enlatamento” ou “rotulagem”).

Para dar conta desta margem que é aberta na operacionalização da entrevista não-diretiva, Thiollent (1987, p. 97-98) irá propor que haja uma troca aberta na relação entrevistador e entrevistado, evitando que o processo de entrevista seja um momento fechado e unilateral. No que se refere ao agrupamento dos resultados, Thiollent sugere que sejam realizados dando atenção à relação entre as categorias teóricas e as categorias de observação. Assim, o desenvolvimento da interpretação vai do conteúdo manifesto ao conteúdo latente, refazendo o raciocínio latente ou “afetivo”, de modo que o pensar de cada indivíduo seja considerado uma singularidade que enlaça o nível social que participa.

Guy Michelat (Thiollent, 1987, p. 204-206), embasando-se no procedimento de escrita de Lévi-Strauss, dirá que a interpretação deve ser conjugada com uma técnica de impregnação. Trata-se da leitura repetida das entrevistas, o que irá suscitar a interpretação a partir do relacionamento dos elementos que estão no *corpus* das entrevistas. A interpretação procede a inscrição de algo além da literalidade da frase, amplia e faz referência ao contexto sociológico. Por sua vez, na interpretação é preciso considerar que a representação não é única, senão formada por cadeias associativas que são condensadas na narrativa manifesta. Este efeito discursivo de condensação, ou sobredeterminação, mostra como é possível a realização do compromisso no entremeio do campo dos processos sociais e do campo dos processos individuais subjetivos.

A não-diretividade se expressa de maneira ambígua, isto porque se por um lado a liberdade de exploração do questionário pelo entrevistado proporciona a captação de sua singularidade, por outro lado, esta oportunidade de derivação dá ao pesquisador a impressão de que a entrevista se encaminha para “fora do campo”. No entanto, nada mais

enganoso, há que se ver a derivação discursiva como oportunidade ligar singularidade, histórias de vida, afirmações de compromisso político e vínculos com os grupos sociais, como coloca Michelat (Thiollent, 1987, p. 207):

O analista não pode negligenciar nenhum elemento da entrevista, não pode saber se está realmente “fora do campo” o que assim lhe parece. Isto explica a dificuldade de utilizar como não-diretiva uma entrevista recolhida em anotações escritas e não integralmente gravada e retranscrita para a análise. A experiência mostra justamente que o que aparenta estar “fora do campo” possui muitas vezes uma importância capital. Forçando nosso propósito, poderíamos dizer, de outra maneira, que se fosse possível saber *a priori* o que está “no campo” e o que não está, isto significaria que já se conhece o resultado da análise e, neste caso, seria inútil realizá-la ou, pelo menos, seria preferível passar a uma outra fase da pesquisa. De fato, a pesquisa por entrevistas não-diretivas é justamente destinada a suscitar e a alimentar as hipóteses. A análise interpretativa dos detalhes que evocamos está ligada com o fato de considerarmos o que há de mais concreto no discurso de indivíduos singulares, com determinadas características, com histórias de vida particulares, através de sua filiação a grupos com características sociais definidas. Isto implica igualmente que é indispensável conservar todos os elementos que permitem reconstituir a lógica própria à entrevista de um indivíduo particular. Isto é, não separar cada elemento de seu sistema de relações. Com efeito, é a partir desse sistema de relações que serão tornadas possíveis as interpretações. Cada entrevista é considerada em sua integridade e sua totalidade, incluindo todos os elementos disponíveis que evocamos na definição do *corpus*.

Como se pode ver, é central para a estratégia metodológica uma abordagem do sistema de relações, pois ele mantém a materialidade do conjunto teórico em conexão com a situação do entrevistado. Análogo ao procedimento de abordagem dos mitos de Levi-Strauss, seria possível tratar o compromisso de forma não-abstrata, situando-o como proveniente de determinada sociedade. Esta abordagem permitiria elaborar um esquema provisório montado pela totalidade de entrevistas. Uma construção progrida na medida em que seus elementos vão se integrando, de maneira a constituir um universo político, intelectual, afetivo, familiar, etc.

A construção da interpretação, na medida da leitura das entrevistas, vai desempenhando o papel de aprofundamento e recolocação dos problemas. É tarefa do pesquisador ou da pesquisadora, simplificar e, ao mesmo tempo, enriquecer a teoria, tomando as incoerências como oportunidades de debate ou de reconstituição do raciocínio para emergências manifestas da situação. No entanto, é preciso destacar, “teoricamente, a análise não tem fim” (Michelat *in* Thiollent, 1987, p. 209-210), isto significa que é necessário parar quando o modelo teórico atinge certa estabilidade. No que se refere à validade do modelo obtido como resultado da análise, o único critério que se pode

apresentar é a coerência interna do modelo, para isto, Michelat defende que seja realizado um trabalho exaustivo no material das entrevistas.

Conclusão

Com o horizonte das transformações sociais tendo chegado a seu limite em 2013, foi possível observar a agudização da luta ideológica, o que trouxe para o cenário nacional uma nova direita radicalizada na afirmação da ideologia monista burguesa. Neste sentido, tem sido premente buscar novas formas de teorização e produção de conhecimento ligado a transformação social.

Recuperar a metodologia da pesquisa-ação comprometida com a prática política, indica não só nossa proposta, mas uma necessidade do pensamento crítico contemporâneo. Isto porque, o conhecimento dominante insiste em fazer da pesquisa um lugar de neutralidade que retira os pesquisadores e pesquisadoras da realidade material e da luta ideológica evidente que afeta as condições sociais, a democracia e a luta por direitos.

A teoria de um pluralismo político, pensado a partir do contato com o real, com as pessoas e suas lutas, requer uma metodologia ligada a ação. A partir dos aportes teórico-metodológicos de Orlando Fals Borda, pôde-se trazer a posição de uma ciência politizada, que refazem a proposta clássica de sujeito-objeto para uma renovada relação sujeito-sujeito. Ademais, marcou nossa proposta a apresentação de princípios metodológicos para a subversão do monopólio do conhecimento, levando a pesquisa para fora da academia e em direção à política.

A aplicação do método e as técnicas de pesquisa (investigação coletiva, recuperação crítica da história, valorização e aplicação da cultura popular, produção e difusão de novo conhecimento) correspondem a um salto qualitativo na abordagem da pesquisa social tão necessária no campo de conhecimento “Direito e sociedade”. Para que este deslocamento academia à política ocorra, deve-se sustentar, ao nosso ver, uma dialética do “ser e pensar”, característica do materialismo histórico e dialético. Assim, a questão da luta ideológica aparece como questão central, tanto na realidade material quanto em nossa proposta teórico-metodológica. Os trabalhos de Michel Thiollent, Guy Michelat e Jacques Maître, dão conta de expor condições de pesquisa que deixam clara a forma como operacionalizar um processo de entrevista para, posteriormente, proceder uma interpretação voltada para uma sociologia da ideologia.

Referências

ACOSTA JUNIOR, Jorge A. de M; KNEBEL, Norberto M. P. Sobre o colonialismo intelectual em Fals Borda: para uma educação crítica do/no direito. In: LUCAS, Douglas Cesar et al (Orgs.). **Direitos Humanos e Democracia em tempos de crise: a proteção jurídica das minorias**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

ACOSTA JUNIOR, Jorge. Além da gramática formalista: consequências teóricas da transferência na pesquisa social de direitos humanos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; CADEMARTORI, Daniela M. L. de.; GROSS, Jacson. **Constitucionalismo no século XXI: em busca de novas gramáticas dos direitos humanos**. Canoas: Ed Unilasalle, 2022.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. 1. ed. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. 2. ed. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1971.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia, compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda. ARMANDO, Herrera F. N.; LORENA, López Guzmán (Comps). 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012.

FALS BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participativa**. Bogotá: Cinep, 1991.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. 1. ed. São Paulo: 2006.

HERRERA FLORES, Joaquim. Introdução General. In: MOURA, Marcelo de Oliveira (org.). **Irrompendo no real: escritos de teoria crítica dos direitos humanos**. Pelotas: EDUCAT, 2005.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas no direito. Rev. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, V.10, N.4, 2019, pp. 2711-2735.